

## Memorando 3- 392/2024

---

**De:** Jary A. - PRE-COO-PR

**Para:** PRE-COO-SEC - Secretaria - A/C Natanael V.

**Data:** 18/03/2024 às 12:44:36

**Setores envolvidos:**

PRE-COO-EHM, PRE-COO-CABM, PRE-COO-ALBB, PRE-COO-IV, PRE-COO-SEC, PRE-COO-PR, CCJ, CFIN

## PLO 22/2024

—  
**Jary Vitória Alves**  
*Procurador*

**Anexos:**

PARECER\_plo\_22\_2024.pdf



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**PARECER JURÍDICO**

A Administração Municipal de Canguçu, com o presente Projeto de Lei nº 26/2024, visa abrir crédito especial no valor de R\$ 66.953,09 (sessenta e seis mil e novecentos e cinquenta e três reais e nove centavos).

Nos termos da justificativa apresentada pelo Poder Executivo, trata-se de propositura que tem por finalidade a abertura de crédito necessária para devolução do saldo remanescente e rendimentos da conta do Convênio Mapa nº 889764/2019.

É o relatório.

A iniciativa legislativa de Projetos de Lei que versem sobre a abertura de créditos adicionais é do Poder Executivo Municipal, vez que tal operação implica alteração da peça orçamentária referente ao exercício financeiro em curso. É certo que a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa (art. 43, caput, da LF 4.320/64).

Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos (art. 43, § 1º, da LF 4.320/64):

*Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.*

*§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:*

*I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior*

*II - os provenientes de excesso de arrecadação;*

*III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;*

*IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.*

Neste sentido, o projeto sob análise atende as exigências legais, informando a nova dotação que está sendo criada, bem como indicando quais recursos serão utilizados para cobrir esta nova dotação: anulação parcial de dotações e previsão de excesso de arrecadação, conforme Art. 2º da propositura.

**“DOE SANGUE! DOE ÓRGÃOS! SALVE UMA VIDA!”**



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Por todo o exposto, e salvo melhor juízo, não padece o Projeto de Lei Ordinária de vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade orgânica.

18 de março de 2024.

Jary Vitória Alves  
Procurador da Câmara

Assinado por 2 pessoas: JARY VITÓRIA ALVES e EMERSON HENZEL MACHADO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://camaracangucu.1doc.com.br/verificacao/8B7F-AA78-AF44-19FE> e informe o código 8B7F-AA78-AF44-19FE

**“DOE SANGUE! DOE ÓRGÃOS! SALVE UMA VIDA!”**





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8B7F-AA78-AF44-19FE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JARY VITÓRIA ALVES (CPF 886.XXX.XXX-53) em 18/03/2024 12:44:54 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



EMERSON HENZEL MACHADO (CPF 700.XXX.XXX-15) em 19/03/2024 13:18:33 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://camaracangucu.1doc.com.br/verificacao/8B7F-AA78-AF44-19FE>